

A PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA NO IFBA

Sílvia Gomes de Santana (UNEB/IFBA)¹
Edileide da Silva Reis do Carmo (IFBA/SMED)²

Resumo:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCNLP) trazem propostas de grande relevância para o ensino dessa disciplina escolar, sobretudo, concernente ao trabalho com Gêneros Textuais. São recomendações pautadas na perspectiva bakhtiniana, da Linguística Textual e Aplicada que possibilitam ao educando pensar a língua como lugar de interação e laboratório de produção de conhecimento. Nesse sentido, o arcabouço teórico que permeia o referido documento permite pensar que a formação de professores de Língua Portuguesa habilita esses profissionais para desenvolver atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão. Realizá-las, no entanto, é um desafio, considerando o processo formativo acadêmico, o qual, em geral, nem sempre lhes proporciona a aquisição e construção de competências imbricadas às atividades mencionadas (MATENCIO, 1994; TARDIF, 2000; MENDES, 2008). Por meio destas, são evidenciadas concepções de língua, texto e ensino que delineiam o exercício docente, conforme afirmam Geraldi (2002) e Antunes (2003). Tais pontos de vista revelam-se da análise, seleção e elaboração de materiais didáticos à realização de aulas e outras atribuições concomitantes e posteriores a essas (XAVIER, 2007), que, segundo Geraldi (2002), abrangem elementos teóricos e metodológicos. A compreensão de língua supracitada e de leitura e escrita como práticas sociodiscursivas nos remete à educação linguística contextualizada. Logo, o trabalho docente deve focalizar os gêneros textuais, pois lemos e escrevemos situadamente. Esta comunicação objetiva discutir os desafios encarados pelos professores de português quanto à produção de material didático, compartilhando uma experiência didático-pedagógica ocorrida no Instituto Federal da Bahia (IFBA), *Campus Salvador*, por ocasião do Curso Introdutório ao IFBA (CIIF), uma iniciativa voltada para estudantes recém-aprovados em processo seletivo. O material elaborado propôs a leitura e a escrita de gêneros multimodais a partir de uma perspectiva temática, visando possibilitar aos educandos a compreensão do texto como prática sociocomunicativa.

Palavras-chave: Língua portuguesa – ensino. Produção de material didático. Gêneros textuais.

1 INTRODUÇÃO

Os documentos oficiais da educação brasileira propõem um ensino de língua portuguesa baseado em gêneros textuais, ou seja, em eventos discursivos que surgem para atender às nossas necessidades sociocomunicativas (BAKHTIN, 2003). Nesse sentido, o trabalho focado em leitura e produção de textos na escola deve está associado ao contexto social, histórico e cultural dos educandos (BRASIL, 2000), o que contribui com uma trajetória intra/extraescolar bem-sucedida e um desempenho docente satisfatório. Vale salientar, todavia, que o trabalho do professor de língua portuguesa, nessa perspectiva, exige uma

formação acadêmico-profissional condizente com a concepção de língua como lugar de interação com/entre diferentes sujeitos. (ROJO, 2009; SOARES, 2010).

O cenário educacional brasileiro, no entanto, é caracterizado por discrepâncias quanto ao que recomendam os documentos oficiais e estudiosos da área, estabelece o processo formativo proposto pelas Instituições de Ensino Superior e viabiliza a escola. (MATENCIO, 1994). Esta ainda não desenvolveu em parceria com a universidade uma política de fomento ao ensino, pesquisa e extensão, o que precariza o trabalho docente ao qual está vinculado um conjunto de atividades administrativo-pedagógicas (planejamento e execução de aulas, seus registros; participação em cursos de formação continuada; elaboração de atividades avaliativas e tantas outras pouco valorizadas por esse sistema de educação).

É pertinente destacar que são indissociáveis as funções concernentes aos papéis de professor e pesquisador, como bem afirma Bortoni-Ricardo (2008). Segundo a autora, o profissional que articula as atividades de pesquisa à sua prática pedagógica desenvolve “[...] uma melhor compreensão de suas ações como mediador de conhecimentos e do processo de ensino e aprendizagem.” (BORTONI-RICARDO, 2008, p. 32).

Entretanto, é cada vez mais desafiador para o profissional atuante em sala de aula conciliar a sua prática pedagógica com as demandas burocráticas funcionais das unidades de ensino, visto que, além das atividades mencionadas, o professor pode ter que assumir outros compromissos inerentes à docência, mas que inicialmente não estavam previstos no planejamento pedagógico. A exemplo disso, a elaboração de materiais didáticos, a qual exige uma organização diferenciada, tendo em vista o objeto de ensino, os objetivos e o público-alvo. É necessário reconhecer que essa atividade requer a leitura e seleção de textos, e a redação dos mesmos, por isso a reserva de tempo é imprescindível.

Ressalta-se também que a formação docente no ensino superior não abrange satisfatoriamente as atribuições que esses profissionais terão a necessidade de desempenhar, bem como não fomenta a ideia de eles serem autores dos materiais utilizados em sua própria sala de aula.

Essas reflexões são resultantes de uma experiência com a produção de material didático para o Curso Introdutório ao IFBA, cujo objetivo é possibilitar aos estudantes que ingressam no ensino médio o estudo da língua em uma perspectiva dialógica, concebendo o texto como espaço de construção de sentidos, contextualizados aos nossos interesses e necessidades sociais.

2 CONTEXTUALIZANDO A ORGANIZAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia oferta vagas para os cursos técnicos profissionalizantes de nível médio: integrado, subsequente e Proeja. O primeiro campus na Bahia está localizado em Salvador, o qual oferece à comunidade recém-aprovada em seu processo seletivo um período de acolhimento e ambientação ao novo universo escolar antes do início do ano letivo. Esse momento é denominado Curso Introdutório ao IFBA (CIIF), no qual são disponibilizadas aulas de Língua Portuguesa, Matemática, Informática e Orientações Pedagógicas, tendo em vista que os estudantes necessitam conhecer a organização infraestrutural, bem como a proposta educacional da instituição, especificamente nas áreas selecionadas, as quais subsidiam o aprendizado do currículo. O público ingressante, concluintes do ensino fundamental II e do ensino médio, é oriundo de unidades de ensino públicas e privadas e visa a uma formação direcionada para o mercado de trabalho. No ato da matrícula, os alunos podem optar por participar, já que o curso é facultativo. A adesão, no entanto, é bastante significativa, o que evidencia o interesse dos aprovados pelo novo processo de ensino-aprendizagem, e requer do instituto um planejamento adequado.

O CIIF 2014 foi realizado durante um mês com carga horária de 20h/semanais, sendo três encontros de 2h para a disciplina Língua Portuguesa, a qual foi ministrada por uma equipe formada por quatro professoras e sete monitores. O grupo atendeu a cerca de 800 discentes nos turnos matutino e noturno, distribuídos em 20 turmas, dentre elas duas eram reservadas para o ensino de português como segunda língua aos estudantes surdos. Do grupo de docentes participantes, coube a Edileide Carmo, Joseane Santos, Sílvia Santana e Wallace Silva, a elaboração do material didático a ser utilizado no referido curso. A proposta apresentada pelo chefe do Departamento Acadêmico de Línguas Vernáculas (DALV) consistia em focalizar atividades de leitura e produção de gêneros textuais a partir das contribuições contemporâneas das áreas da linguagem (Linguística Textual, Linguística Aplicada, Análise do Discurso, Sociolinguística e outras).

A ênfase nesses eixos de ensino de línguas, em conformidade com o que propõem os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCNLP) e outros documentos oficiais, foi bem acolhida pela equipe, a qual acredita também que, a partir da interação com a variedade de textos sociocomunicativamente situados, é possível compreender outros conteúdos previstos no currículo escolar e agir no mundo em que se está inserido. Afinal,

Quando se assume a língua como interação em sua dimensão lingüístico-discursiva, o mais importante é criar oportunidades para o aluno refletir, construir, considerar hipóteses a partir da leitura e da escrita de diferentes textos, instância em que se pode chegar à compreensão de como a língua funciona e à decorrente competência textual. (PARANÁ, 2008, p. 60).

Apesar de reconhecer a importância dessa proposta, os professores sentiram-se desafiados a realizá-la, mormente, já que o tempo estipulado para tal foi de aproximadamente 20 dias – período que coincidiu com a realização de suas atividades administrativo-pedagógicas em fase de conclusão do ano letivo. Esse último conjunto, segundo Xavier (2007, p. 16-17):

[...] rouba momentos preciosos que seriam para preparação das aulas, atualização de leituras quase sempre atrasadas, quando existentes, reciclagem literária e pedagógica, elaboração de debates com os alunos [...], reflexão sobre a validade de utilização da nova atividade aprendida na última capacitação que foi ‘convidado’ a fazer, escrita de um texto mais elaborado para servir de exemplo a seus alunos, para fazê-los perceber a relevância de aprender a escrever os mais diferentes gêneros textuais, etc.

Assim, algumas inquietações surgiram: Como produzir um material didático significativo para um público heterogêneo? Que estratégias adotar para seleção e confecção dos textos, de modo a cumprir a tarefa em tempo hábil? Que atividades podem ser propostas e realizadas? Além dessas, outros questionamentos e reflexões nos acompanharam durante o processo de criação, considerando, inclusive, que nossos horários tinham poucas coincidências.

O ato de refletir é uma das mais importantes etapas do fazer- pedagógico e muito contribui para que a prática docente seja bem planejada, considerando as circunstâncias de trabalho. Nesse estágio, os professores acionaram seus conhecimentos teóricos e práticos, assim como recorreram às suas experiências, a fim de decidirem o que é pedagogicamente viável e exequível, embora o tempo não tenha sido suficiente (COSTA, 2008).

Dessa forma, deu-se início ao planejamento do material cuja estrutura é a seguinte:

Quadro 01 – Esquema do material didático

PERÍODO	TEMA	GÊNEROS TEXTUAIS
1ª semana	Práticas de letramento	carta do leitor
		e-mail
		tirinha
2ª semana	Cidadania	charge
		autobiografia
3ª semana	Inclusão social e educacional	poema
		documentário
4ª semana	Educação profissional	artigo de opinião
		reportagem
5ª semana	Identidade	crônica
		cordel

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os autores adotaram como estratégia a distribuição dos temas e dos gêneros textuais relacionados, marcando encontros para o compartilhamento dos materiais selecionados. A produção colaborativa também foi uma ferramenta utilizada pela equipe, que ficou responsável por todo o projeto editorial, constituído dos seguintes elementos pré-textuais (capa, contracapa e ficha catalográfica) e textuais (apresentação, temas – gêneros textuais e atividades – e referências).

A escolha pela produção de um material didático numa perspectiva temática partiu da ideia de interromper uma ordem conceitual equivocada sobre as práticas de leitura e escrita, ou seja, de letramentos, objetivando compartilhar com os educandos as concepções linguísticas contemporâneas subjacentes às experiências docentes da equipe organizadora. Esta entende língua numa dimensão interacional (ANTUNES, 2003) e cultural (MENDES, 2008), e letramentos como usos sociais de textos orais, escritos, multissemióticos etc. em diferentes situações cotidianas (ROJO, 2009; SOARES, 2010).

Para a seleção dos temas, levou-se em consideração a relevância social em discuti-los, partindo da premissa de que os mesmos fazem parte do contexto social, econômico, histórico e linguístico-cultural também dos educandos e de que estes têm algo a dizer a respeito. “O contato repetido do aluno com textos de variados gêneros, que abarquem múltiplos temas e situações (de natureza semelhante ou não), estimula-o a mobilizar suas competências de análise, comparação, associação, identificação, reconhecimento e seleção.” (BRASIL, 2007, p. 118).

Quanto aos gêneros textuais selecionados, focalizou-se a diversidade quanto à linguagem (verbal e/ou não verbal – imagético, audiovisual etc.); à extensão (mais ou menos curtos); à natureza (jornalística, literária etc.) e à tipologia (narrativa, descritiva, argumentativa, expositiva e injuntiva). Além disso, permeou nossas ideias a associação entre os temas e os gêneros textuais, de modo que estes abordassem as mesmas questões temáticas, pois se trata de um meio eficiente de fomentar o estudo dos textos e a discussão dos assuntos relacionados. Segundo as diretrizes complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM):

Quando se pensa no trabalho com textos, outro conceito indissociável diz respeito aos gêneros em que eles se materializam, tomando-se como pilares seus aspectos temático, composicional e estilístico. Deve-se lembrar, portanto, que o trabalho com textos aqui proposto considera que:

- alguns temas podem ser mais bem desenvolvidos a partir de determinados gêneros;
- gêneros consagrados pela tradição costumam ter uma estrutura composicional mais definida;
- as escolhas que o autor opera na língua determinam o estilo do texto. (BRASIL, 2007, p. 77).

Assim, vimos uma oportunidade de ratificar o que preconizam os textos-fonte e os especialistas da educação linguística, bem como discutir conceitos específicos do estudo da língua, por exemplo, práticas de letramento.

3 FORMAÇÃO DOCENTE E PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS

A atividade proposta pelo IFBA foi cumprida com êxito, considerando que houve boa receptividade por parte dos estudantes, bem como dos órgãos participantes da organização do CIIF e monitores selecionados para atuar no curso. Isso proporcionou aos autores outras reflexões. Dentre os questionamentos pertinentes, destacamos: O que contribuiu para a confecção de um material bem avaliado, haja vista que o tempo disponível não era favorável? De que competências os professores precisam para desempenhar uma atividade autoral, de caráter pedagógico? Qual é o papel das instituições de ensino – a que forma e a recebe esses profissionais – nesse processo?

Sabe-se que a realização de atividades docentes, em geral, demanda horas de estudo, o que inclui leituras de textos variados (acadêmicos, didático-pedagógicos, de entretenimento e outros) em diferentes suportes, a fim de não se limitarem aos livros disponibilizados às escolas. Esse tempo é inerente à docência; porém, quando se trata da elaboração de materiais didáticos para a comunidade escolar, e não para os educandos de uma turma específica, tem-

se uma necessidade ainda maior no que tange ao tempo. Embora este não tenha sido suficiente, o contexto acadêmico-profissional em que a equipe responsável pela produção está inserida contribuiu para que o material fosse avaliado positivamente.

Esses profissionais têm em média 10 anos de atuação docente, possuem especialização e/ou mestrado na área, estão vinculados a programas de formação de professores e de fomento à pesquisa. Nesse sentido, cabe ressaltar que esses sujeitos estão envolvidos em práticas de ler, refletir e escrever sobre/para a educação linguística a partir de suas próprias experiências. Estas, oriundas do trabalho em sala de aula, são um dos fatores que possibilita a percepção das necessidades dos educandos.

É importante destacar que as Instituições de Ensino Superior têm uma responsabilidade bastante significativa no percurso formativo de professores, já que os cursos de licenciatura devem oferecer subsídios para o desenvolvimento de competências docentes, as quais estão relacionadas ao entrelaçamento entre teorias linguístico-educacionais e à prática contextualizada à realidade das escolas brasileiras, o que consiste em não ser reprodutor ou mero usuário de livros didáticos, mas protagonista de seu fazer-pedagógico. A esse respeito, Mendes (2008, p. 59) afirma:

As políticas que têm sido implementadas para a formação de professores, advindas tanto da iniciativa pública quanto privada, caracterizam-se pela valorização do conhecimento teórico estanque, descontextualizado, que não dialoga com as práticas efetivas que os professores realizam em seus ambientes de atuação e vivência. Valoriza-se a teoria, legitimada pelas instâncias acadêmicas de pesquisa, e despreza-se a experiência do professor [...].

Diante disso, cabe às unidades de ensino em que atuam/atuarão esses licenciados continuar o fomento à qualificação, de modo que seus objetivos e metas sejam cumpridos satisfatoriamente. Tais organizações precisam se responsabilizar pela continuidade do tripé acadêmico ensino – pesquisa – extensão, não somente para conquistar uma boa avaliação institucional, mas também para validar seu papel na sociedade de modo a contribuir com a mesma. “Desse modo, espera-se que as entidades de ensino superior, além de reconhecerem o legado da educação básica, busquem intervir nos seus pilares, colaborando com a formação de profissionais devidamente qualificados para (re)construir escolas pró-ativas.” (CARMO, 2012, p. 67-68).

É pertinente destacar que o IFBA tem uma política de incentivo à qualificação docente e desenvolve atividades imbricadas ao referido tripé, todavia deixou a desejar no que tange ao prazo estabelecido para a produção do material didático do CIIF 2014.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios encarados pelos professores são diversificados, considerando a heterogeneidade quanto ao contexto educacional dos discentes – suas faixas etárias, metas e interesses referentes à escolha de seus cursos – processo de formação histórico-cultural e muitas outras. Além desses, os concernentes aos próprios docentes e à sua formação acadêmico-profissional. Nesse sentido, ao grupo de construtores do referido material didático-pedagógico coube discutir todas essas questões na tomada de decisão do que selecionar, como e por que fazê-lo. Essa situação desencadeia um processo formativo que deve ser iniciado ainda na licenciatura, o que exige das Instituições de Ensino Superior a implementação de um currículo para os cursos de Letras que possibilite ao profissional em formação o desenvolvimento de competências docentes para lidar com essas demandas.

A produção de material didático é uma das atividades que deveria ser realizada por professores de modo “natural”, já que desenvolvê-la é de suma importância para sua própria prática pedagógica, afinal trata-se de um recurso bastante utilizado em sala de aula e que quando contextualizado à realidade dos educandos contribui para a construção de aprendizagens significativas.

A experiência vivenciada ratifica essas ideias e reforça as concepções de língua – texto – ensino, as quais estão imbricadas e compreendidas sob a perspectiva da dialogicidade bakhtiniana e de que a educação linguística deve ter os gêneros textuais como materialidades discursivas socialmente situadas. Sem esse pressuposto, o material não seria bem avaliado pela equipe pedagógica e de direção atuantes no CIIF e, sobretudo, pelos discentes. Estes são os principais colaboradores na avaliação do material elaborado e motivadores para que os seus resultados fossem aqui compartilhados.

É imprescindível, portanto, que haja estreitamento das relações entre universidade e escola básica na tentativa de fomentar uma formação docente em consonância com o aporte teórico dos cursos de licenciatura em Letras, as diretrizes curriculares da educação brasileira e as atividades inerentes à docência, bem como as necessidades socioeducacionais dos envolvidos no fazer-pedagógico.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. *Aulas de português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAKHTIN, Mikail. *Estética da criação verbal*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRASIL. Linguagens, códigos e suas tecnologias. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio*. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf>. Acesso em: 30 set. 2014.

_____. Linguagens, códigos e suas tecnologias. *PCN+ ensino médio: orientações educacionais complementares aos parâmetros curriculares nacionais*. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2014.

CARMO, Edileide da Silva Reis do. *Herdando uma biblioteca: uma investigação sobre espaços de leitura em uma escola da rede pública estadual*. 2012. p. 297. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

COSTA, Sônia Bastos Borba. Norma lingüística e ensino de língua. In: _____. *Saberes em português: ensino e formação docente*. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2008. p. 27-44.

GERALDI, João Wanderley. *O texto na sala de aula*. (Org.). 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MENDES, Edleise. Língua, cultura e formação de professores: por uma abordagem de ensino intercultural. In MENDES, Edleise; CASTRO, Maria Lúcia Souza. (Org.). *Saberes em português: ensino e formação docente*. Campinas: Pontes Editores, 2008. p. 57-77.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. *Diretrizes curriculares da educação básica: língua portuguesa*. 2008. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_port.pdf>. Acesso em: 30 set. 2014.

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 24 nov. 2009.

_____. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas conseqüências em relação à formação para o magistério. *Revista Brasileira de Educação*, [s.l.], n. 13, p. 5-24, jan./abr., 2000.

XAVIER, Antonio Carlos. Professor que não produz texto produz alunos improdutivos. In: _____. (Org.). *O texto na escola: produção, leitura e avaliação*. Recife: Ed. do Autor, 2007. p. 8-19.

1Silvia SANTANA, Profa. Mestranda em Crítica Cultural. Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). E-mail: gsantana20@yahoo.com.br.

2Edileide CARMO, Profa. Mestra em Língua e Cultura. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA); Secretaria Municipal de Educação de Salvador (SMED). E-mail: leidesilva05@gmail.com.br.